



DECRETO Nº 17.691, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Publica, nos termos do Convênio ICMS 190/17, relação dos atos normativos relativos às isenções, incentivos, benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, instituídos por legislação estadual até o dia 8 de agosto de 2017.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIII do art. 102 da Constituição Estadual; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I da cláusula segunda e na cláusula terceira do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO ainda, OFÍCIO GSF Nº 173/2018, de 23 de março de 2018, da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, registrado sob AP.1010.1.002212/18-44,

DECRETA:

Art. 1º Os atos normativos relativos às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de que trata o inciso I da cláusula segunda do Convênio ICMS 190/17, instituídos pelas leis, decretos e legislação complementar estaduais, em desacordo com a alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal de 1988, vigentes no dia 8 de agosto de 2017, são os relacionados no Anexo Único deste Decreto

Parágrafo único. O disposto neste artigo compreende as seguintes espécies de benefícios fiscais:

- I - isenção;
- II - redução da base de cálculo;
- III - manutenção de crédito;
- IV - devolução do imposto;
- V - crédito outorgado ou crédito presumido;
- VI - dedução de imposto apurado;
- VII - dispensa do pagamento;

VIII - dilação do prazo para pagamento do imposto, inclusive o devido por substituição tributária, em prazo superior ao estabelecido no Convênio ICM 38/88, de 11 de outubro de 1988, e em outros acordos celebrados no âmbito do CONFAZ;

IX - antecipação do prazo para apropriação do crédito do ICMS correspondente à entrada de mercadoria ou bem e ao uso de serviço previstos nos arts. 20 e 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

- X - financiamento do imposto;
- XI - crédito para investimento;
- XII - remissão;
- XIII - anistia;
- XIV - moratória;
- XV - transação;

XVI - parcelamento em prazo superior ao estabelecido no Convênio ICM 24/75, de 5 de novembro de 1975, e em outros acordos celebrados no âmbito do CONFAZ;

XVII - outro benefício ou incentivo, sob qualquer forma, condição ou denominação, do qual resulte, direta ou indiretamente, a exoneração, dispensa, redução, eliminação, total ou parcial, do ônus do imposto devido na respectiva operação ou prestação, mesmo que o cumprimento da obrigação vincule-se à realização de operação ou prestação posterior ou, ainda, a qualquer outro evento futuro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 27 de MARÇO de 2018.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DE FAZENDA

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº DE DE DE 2018
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ
CONVÊNIO ICMS 190/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

APÊNDICE I - ATOS NORMATIVOS VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017							
UNIDADE FEDERADA: PIAUÍ				DISPOSITIVO ESPECÍFICO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE	TERMO INICIAL	OBSERVAÇÕES
ITEM	ATOS	NÚMERO	EMENTA OU ASSUNTO				
1	Lei Ordinária	nº 4.257/1989, de 06 de janeiro de 1989	Disciplina a cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.	Art. 4º; art. 5º, parágrafo único; arts. 6º e 6º-A; art. 10º, § 4º; art. 11, § 2º; art. 24, inciso XIII; art. 25, inciso II, alínea "a"; art. 32, §§ 1º e 3º; art. 33, inciso VI; art. 34; art. 38, §1º; art. 40; art. 55, inciso II; e demais benefícios concedidos pelos arts. 1º ao 92.	06/01/1989	01/03/1989	Art. 4º, art. 5º, parágrafo único, art. 24, inciso XIII, art. 25, inciso II, alínea "a", art. 32, §§ 1º e 3º, art. 33, inciso VI, todos com redação dada pela Lei nº 4.892, de 30/12/1996. Arts. 6º, 6º-A e caput do art. 55 com redação dada pela Lei nº 6.924, publicada no DOE nº 240, de 27/12/2016, com efeitos a partir de 27/12/2016. Art. 25, inciso II, com redação dada pela Lei nº 5.364, de 29/12/2003. Atualizada até a Lei nº 7.054/17, de 06/11/2017.
2	Lei Ordinária	nº 4.859/1996, de 27 de agosto de 1996	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa do pagamento do ICMS para empreendimentos industriais e agroindustriais, estabelecidos no Estado do Piauí, e dá outras providências.	Arts. 1º ao 17.	27/08/1996	27/08/1996	Entrou em vigor na data de sua publicação, dia 27/08/1996, produzindo efeitos a partir da publicação do seu Regulamento.
3	Decreto	nº 9.591/1996, de 21 de outubro de 1996	Regulamenta a Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa do pagamento do ICMS para empreendimentos industriais e agroindustriais, estabelecidos no Estado do Piauí.	Arts. 1º ao 30.	25/10/1996	25/10/1996	
4	Decreto	nº 9.590/1996, de 21 de outubro de 1996	Define as atividades prioritárias do Estado do Piauí para empreendimentos industriais e agroindustriais com enquadramento diferenciado pela fabricação de produto sem similar na concessão do incentivo fiscal de que trata a Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996.	Arts. 1º ao 3º.	22/10/1996	22/10/1996	
6	Lei Ordinária	nº 4.997/1997, de 30 de dezembro de 1997	Cria o Sistema de Incentivo Estadual à Cultura - SIEC e dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, concedidos a operações de caráter cultural e artístico.	Arts. 1º a 27.	31/12/1997	31/12/1997	Atualizada até a Lei nº 6.924/16, de 27/12/2016.
7	Portaria GASEC	nº 043/2000, de 27 de janeiro de 2000	Aprova Aditivo ao Termo de Acordo que estabelece Regime especial à empresa JORGE BATISTA E CIA LTDA., para fins de substituição tributária.	Arts. 1º e 2º.	04/08/2017	01/02/2000	Aditivo nº 001 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, que entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 27/01/2000, mas para produzir efeitos a partir de 01/02/2000.
8	Portaria GASEC	nº 406/2002, de 12 de dezembro de 2002	Aprova Aditivo ao Termo de Acordo que estabelece Regime especial à empresa JORGE BATISTA E CIA LTDA., para fins de substituição tributária.	Arts. 1º e 2º.	04/08/2017	01/12/2002	Aditivo nº 002 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, que entrou em vigor na data da assinatura, dia 12/12/2002, mas para produzir efeitos a partir de 01/12/2002 para o disposto na Cláusula Terceira e no Parágrafo Único da Cláusula Sexta do Termo de Acordo, e a partir de 01/01/2003 para o disposto nas demais cláusulas alteradas.
9	Lei Ordinária	nº 5.315/2003, de 23 de julho de 2003	Institui o Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Estado do Piauí-FIEL, e dá outras providências.	Arts. 1º a 13.	23/07/2003	23/07/2003	Segundo o art. 13, esse ato normativo dependeria de regulamentação pelo Poder Executivo, a qual não foi realizada.
10	Lei Ordinária	nº 5.317/2003, de 23 de julho de 2003	Institui o Fundo de Investimentos Econômicos e Sociais do Estado do Piauí-FIES, e dá outras providências.	Arts. 1º ao 13.	23/07/2003	23/07/2003	Segundo o art. 10, esse ato normativo dependeria de regulamentação pelo Poder Executivo, a qual não foi realizada.
11	Lei Ordinária	nº 5.721/2007, de 26 de dezembro de 2007	Altera dispositivos da Lei nº 4.257, de 06 de janeiro de 1989, que disciplina a cobrança do ICMS, e dá outras providências.	Arts. 1º ao 9º.	27/12/2007	27/12/2007	
12	Aditivo	nº 003 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, de 30 de junho de 2008	Aditivo ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97 que entre si celebram a SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ e a empresa JORGE BATISTA E CIA. LTDA., estabelecendo Regime Especial para efeito de substituição tributária dos produtos farmacêuticos relacionados no Convênio ICMS 76/94.	Cláusulas primeira à terceira.	04/08/2017	01/07/2008	Aditivo nº 003 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, que entrou em vigor na data da assinatura, dia 30/06/2008, mas para produzir efeitos a partir de 01/07/2008.

13	Decreto	nº 13.275/2008, de 26 de setembro de 2008	Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais concedidos nos termos da Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996.	Arts. 1º ao 3º.	26/09/2008	26/09/2008		
14	Decreto	nº 13.500/2008, de 23 de dezembro de 2008	Consolida e regulamenta disposições sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Art. 14, incisos I a XVI; art. 44, incisos I a XLV; art. 47, incisos V, VII, VIII, IX, XVI, XVII e XVIII; art. 56, incisos I a XVI e §§ 1º ao 19; art. 70, parágrafo único; arts. 99 e 100; arts. 104 a 106; arts. 772 a 780-A; arts. 781 a 791; arts. 792 a 804-A; arts. 805 a 813; arts. 813-A a 813-K; arts. 813-L a 813-R; arts. 814 a 820; arts. 830 a 847-C; arts. 1.350 a 1.359; arts. 1360 a 1361; e demais benefícios concedidos pelos arts. 1º ao 1.610.		24/12/2008	01/01/2009	Este Decreto entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2009, exceto em relação aos §§ 2º e 3º do art. 695 e ao art. 691, que tiveram vigência a partir de 01/05/2011, para todos os contribuintes usuários de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF. Atualizado até o Decreto nº 17.588/17, de 29/12/2017.
15	Decreto	nº 13.663/2009, de 15 de maio de 2009	Altera o Decreto nº 13.275, de 26 de setembro de 2008, que dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais concedidos nos termos da Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996.	Arts. 1º e 2º.	18/05/2009	18/05/2009		
16	Lei Complementar	nº 130/2009, de 03 de agosto de 2009	Dispõe sobre extinção, por transação judicial, de créditos tributários objeto de execução fiscal movida pelo Estado do Piauí, e dá outras providências.	Arts. 1º ao 12.	03/08/2009	03/08/2009	Alterada pela Lei Complementar nº 188/12, de 11/07/2012, publicada no DOE nº 129, de 11/07/2012.	
17	Decreto	nº 13.824/2009, de 01 de setembro de 2009	Altera o Decreto nº 13.275, de 26 de setembro de 2008, que dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais concedidos nos termos da Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996.	Arts. 1º ao 3º.	03/09/2009	03/09/2009		
18	Lei Ordinária	nº 6.146/2011, de 20 de dezembro de 2011	Dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais, agroindustriais e geradores de energia eólica e solar e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI.	Arts. 1º ao 24.	20/12/2011	20/12/2011	Entrou em vigor na data de sua publicação, dia 20/12/2011, produzindo efeitos a partir da publicação do seu Regulamento. Atualizada até a Lei Ordinária nº 7.001/2017, de 13/07/17.	

19	Lei Ordinária	nº 6.146/2011, de 20 de dezembro de 2011	Dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais, agroindustriais e geradores de energia eólica e solar e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI.	Arts. 1º ao 24.	20/12/2011	20/12/2011	Entrou em vigor na data de sua publicação, dia 20/12/2011, produzindo efeitos a partir da publicação do seu Regulamento. Atualizada até a Lei Ordinária nº 7.001/2017, de 13/07/17.
20	Portaria GSF	nº 935/2011, de 21 de dezembro de 2011	Aprova o Aditivo nº 004 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, de 26 de março de 1997, que concede Regime Especial à empresa JORGE BATISTA E CIA LTDA., CAGEP nº 19.403.802-5, para fins de substituição tributária.	Arts. 1º e 2º.	04/08/2017.	01/01/2012	Aditivo nº 004 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, que entrou em vigor na data da assinatura, dia 21/12/2011, mas para produzir efeitos a partir de 01/01/2012.
21	Decreto	nº 14.774/2012, de 19 de março de 2012.	Regulamenta a Lei nº 6.146, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais e agroindustriais do Estado do Piauí e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI.	Arts. 1º ao 36.	20/03/2012	20/03/2012	Atualizado até o Decreto nº 15.926/2014, de 29 de dezembro de 2014.
22	Lei Ordinária	nº 6.200/2012, de 27 de março de 2012	Dispõe sobre o parcelamento dos valores inscritos na Dívida Ativa Estadual e dá outras providências.	Arts. 1º ao 14.	27/03/2012	27/03/2012	
23	Decreto	nº 14.806/2012, de 20 de abril de 2012	Define as atividades prioritárias do Estado do Piauí para empreendimentos industriais e agroindustriais com enquadramento diferenciado pela atividade industrial de que trata a Lei nº 6.146, de 20 de dezembro de 2011.	Arts. 1º ao 3º.	23/04/2012	23/04/2012	Alterado pelo Decreto nº 15.903/14, de 23/12/2014 e atualizado até o Decreto nº 17.456/2017, de 06/11/2017.
24	Lei Complementar	nº 188/2012, de 11 de julho de 2012	Altera a Lei Complementar nº 130, de 03 de agosto de 2009, que dispõe sobre extinção, por transação judicial, de créditos tributários objeto de execução fiscal movida pelo Estado do Piauí.	Arts. 1º ao 3º.	11/07/2012	11/07/2012	
25	Decreto	nº 15.040/2012, de 18 de dezembro de 2012	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2012.	Arts. 1º e 2º.	19/12/2012	19/12/2012	

26	Portaria GSF	nº 115/2013, de 14 de março de 2013	Aprova o Aditivo nº 005 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, de 26 de março de 1997, que concede Regime Especial à empresa JORGE BATISTA E CIA LTDA., CAGEP nº 19.403.802-5, para fins de substituição tributária.	Arts. 1º e 2º.	04/08/2017	01/02/2013	Aditivo nº 005 ao Termo de Acordo de Regime Especial nº 009/97, que entrou em vigor na data da assinatura, dia 14/03/2013, mas para produzir efeitos a partir de 01/02/2013.
27	Decreto	nº 15.516/2014, de 27 de janeiro de 2014	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2013.	Arts. 1º e 2º.	28/01/2014	28/01/2014	-
28	Portaria GSF	nº 375/2014, de 11 de dezembro de 2014	Dispõe sobre o Regime Especial de Tributação para Geração de Empregos, de que trata os arts. 813-A a 813-I do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008.	Arts. 1º ao 5º.	15/12/2014	01/12/2014	-
29	Lei Ordinária	nº 6.604/2014, de 23 de dezembro de 2014	Altera a Lei nº 6.146, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais e agroindustriais do Estado do Piauí e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI.	Arts. 1º ao 3º.	23/12/2014	23/12/2014	-
30	Decreto	nº 15.925/2014, de 29 de dezembro de 2014	Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais concedidos nos termos da Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996, e do Decreto nº 13.275, de 26 de setembro de 2008.	Arts. 1º ao 6º.	29/12/2014	29/12/2014	Atualizado até o Decreto nº 16.077/2015 de 29/06/2015.
31	Decreto	nº 15.939/2015, de 14 de janeiro de 2015	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2014.	Arts. 1º e 2º.	14/01/2015	14/01/2015	-

32	Termo de Acordo Motos	nº 005/2015, de 29 de abril de 2015	Acordo que entre si celebram a SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ e o estabelecimento da empresa CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO MOTO MOURA LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.549.197-1, para efeito de concessão de REGIME ESPECIAL na condição de substituto tributário.	Cláusulas primeira à oitava.	04/08/2017	01/05/2015	O Termo de Acordo entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 29/04/2015, mas para produzir efeitos somente entre 01/05/2015 e 28/02/2019. Foi aprovado pela Portaria GSF nº 422/2015, de 29/04/2015, e alterado pela Portaria GSF nº 133/2016, de 05/05/2016.
33	Termo de Acordo Autopeças	nº 008/2015, de 09 de junho de 2015	Acordo que entre si celebram a SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ e o estabelecimento da empresa CANTUÁRIO E OLIVEIRA LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.460.410-1, para efeito de concessão de REGIME ESPECIAL na condição de substituto tributário.	Cláusulas primeira à oitava.	04/08/2017	01/06/2015	O Termo de Acordo entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 09/06/2015, mas para produzir efeitos somente entre 01/06/2015 e 28/02/2019.
34	Portaria GSF	nº 464/2015, de 24 de junho de 2015	Promoga o prazo de vigência do REGIME ESPECIAL Nº 009/97, aprovado pela Portaria GSF nº 057/97, de 26 de março de 1997, concedido ao estabelecimento da empresa JORGE BATISTA E CIA LTDA., inscrito no CAGEP Nº 19.403.802-5.	Arts. 1º e 2º.	04/08/2017	01/07/2015	Entrou em vigor na data da assinatura, dia 24/06/2015, mas para produzir efeitos fiscais somente entre 01/07/2015 e 30/06/2019.
35	Decreto	nº 16.077/2015, de 29 de junho de 2015	Altera o Decreto nº 15.925, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais concedidos nos termos da Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996, e do Decreto nº 13.275, de 26 de setembro de 2008.	Arts. 1º ao 4º.	29/06/2015	29/06/2015	-
36	Portaria GSF	nº 530/2015, de 10 de agosto de 2015	Dispõe sobre a concessão de regime especial de tributação à indústria ceramista para fins de cumprimento de obrigações tributárias principal e acessórias.	Arts. 1º ao 6º.	13/08/2015	01/09/2015	A Portaria entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 10/08/2015, mas para produzir efeitos fiscais somente entre 01/09/2015 e 30/06/2019.
37	Portaria GSF	nº 579/2015, de 25 de setembro de 2015	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para aplicação da nova Margem de Valor Agregado - MVA para efeito de Substituição Tributária nas operações interestaduais com autopeças.	Arts. 1º ao 4º.	28/09/2015	01/09/2015	Atualizada até a Portaria GSF nº 277/2016, de 26/10/2016, publicada no DOE nº 203, de 31/10/2016.

38	Portaria GSF	nº 785/2015, de 30 de setembro de 2015	Altera a portaria GSF nº 579, de 25 de setembro de 2015, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para aplicação da nova Margem de Valor Agregado MVA para efeito de Substituição Tributária nas operações interestaduais com autopeças.	Arts. 1º e 2º.	05/10/2015	01/09/2015	-
39	Decreto	nº 16.363/2015, de 23 de dezembro de 2015	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2015.	Arts. 1º e 2º.	23/12/2015	23/12/2015	-
40	Portaria GSF	nº 028/2016, de 29 de janeiro de 2016	Concede Regime Especial de Tributação ao estabelecimento da empresa FN ATACADO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.571.689-2, para cumprimento de obrigações principal e acessórias.	Arts. 1º ao 12.	04/08/2017	01/02/2016	Entrou em vigor na data da assinatura, dia 29/01/2016, mas para produzir efeitos somente entre 01/02/2016 e 31/12/2018.
41	Portaria GSF	nº 133/2016, de 05 de maio de 2016	Altera a Portaria GSF nº 422, de 29 de abril de 2015, que aprova o Regime Especial nº 082, concedido ao estabelecimento da empresa CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO MOTO MOURA LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.549.197-1.	Arts. 1º e 2º.	04/08/2017	05/05/2016	-
42	Portaria GSF	nº 189/2016, de 06 de julho de 2016	Concede, em regime especial de tributação, ao estabelecimento da empresa GRANDE MOINHO CEARENSE S.A., inscrito no CAGEP sob nº 19.420.940-7, a condição de substituto tributário nas operações com trigo em grão e farinha de trigo destinadas ao Estado do Piauí.	Arts. 1º ao 15.	04/08/2017	01/07/2016	Entrou em vigor na data da sua publicação, dia 04/08/2017, mas para produzir efeitos somente entre 01/07/2016 e 30/06/2018.
43	Decreto	nº 16.814/2016, de 27 de setembro de 2016	Concede Regime Especial de Tributação para cumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias às empresas neste Ato relacionadas.	Arts. 1º ao 20.	28/09/2016	28/09/2016	-

44	Portaria GSF	nº 299/2016, de 21 de novembro de 2016	Credenciar, em Regime Especial, o estabelecimento da empresa CHS AGRONEGÓCIO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.540.178-6, a adquirir em operações internas produtos primários diretamente de produtores rurais com diferimento do imposto.	Arts. 1º ao 8º.	07/08/2017	01/12/2016	A Portaria entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 21/11/2016, mas para produzir efeitos fiscais somente entre 01/12/2016 e 31/01/2018.
45	Lei Ordinária	nº 6.901/2016, de 28 de novembro de 2016	Dispõe sobre a criação do Programa Piauiense de Incentivo ao Desenvolvimento de Energias Limpas - PROPIDEL e dá outras providências.	Arts. 1º ao 9º.	28/11/2016	28/11/2016	-
46	Lei Ordinária	nº 6.902/2016, de 28 de novembro de 2016	Institui o diferimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações ("ICMS") nas operações que especifica, realizadas por empresas com atuação nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.	Arts. 1º ao 8º.	28/11/2016	28/11/2016	-
47	Decreto	nº 16.952/2016, de 23 de dezembro de 2016	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2016.	Arts. 1º e 2º.	23/12/2016	23/12/2016	-
48	Lei Ordinária	nº 6.951/2017, de 06 de fevereiro de 2017	Cria o Sistema Estadual de Incentivo à Inclusão e Promoção Social - SEIPS e dispõe sobre crédito presumido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.	Arts. 1º ao 13.	06/02/2017	06/02/2017	-

49	Portaria SUPREC	nº 59/2017, de 04 de abril de 2017	Credencia, em regime especial, o estabelecimento atacadista da empresa MOTOBIKE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.418.247-9, para operar, na forma prevista nos arts. 813 - L a 813 - R do Decreto nº 13.500/2008, de 23 de dezembro de 2008.	Arts. 1º ao 4º.	04/08/2017	01/05/2017	Entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 04/04/2017, mas para produzir efeitos fiscais somente entre 01/05/2017 e 31/10/2017.
50	Portaria SUPREC	nº 60/2017 de 04 de abril de 2017	Credencia, em regime especial, o estabelecimento atacadista da empresa R DAMÁSIO, inscrito no CAGEP sob nº 19.402.389-3, para operar, na forma prevista nos arts. 813 - L a 813 - R do Decreto nº 13.500/2008, de 23 de dezembro de 2008.	Arts. 1º ao 4º.	04/08/2017	01/05/2017	Entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 04/04/2017, mas para produzir efeitos fiscais somente entre 01/05/2017 e 31/10/2017.
51	Portaria SUPREC	nº 61/2017, de 04 de abril de 2017	Credencia, em regime especial, o estabelecimento atacadista da empresa TD MOTOPEÇAS LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.487.666-7, para operar, na forma prevista nos arts. 813 - L a 813 - R do Decreto nº 13.500/2008, de 23 de dezembro de 2008.	Arts. 1º ao 4º.	04/08/2017	01/05/2017	Entrou em vigor na data da sua assinatura, dia 04/04/2017, mas para produzir efeitos fiscais somente entre 01/05/2017 e 31/10/2017.
52	Portaria GSF	nº 149/2017, de 30 de junho de 2017	Credencia, em Regime Especial, o estabelecimento da empresa AXA OIL PETROLEO LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.598.969-4, para operar com diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS incidente nas operações de importação dos produtos que indica.	Arts. 1º ao 4º.	17/07/2017	30/06/2017	Entrou em vigor na data da assinatura, dia 30/06/2017, mas para produzir efeitos fiscais somente até 31/12/2018.
53	Lei Ordinária	nº 7.001/2017, de 13 de julho de 2017	Altera a Lei nº 6.146, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais e agroindustriais do Estado do Piauí e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI; a Lei nº 4.257, de 06 de janeiro de 1989, que disciplina a cobrança do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de	Arts. 1º ao 10.	14/07/2017	14/07/2017	-
			6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário, dispõe sobre a estrutura, organização e competência do contencioso administrativo no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, disciplina a consulta à legislação tributária e o pedido de restituição de tributos pagos indevidamente.				
54	Portaria GSF	nº 176/2017, de 04 de agosto de 2017	Concede Regime Especial de Tributação ao estabelecimento da empresa BRASIL LOG LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.470.056-9, para cumprimento de obrigações principal e acessórias.	Arts. 1º ao 12.	04/08/2017	07/08/2017	Entrou em vigor na data da publicação, dia 04/08/2017, mas para produzir efeitos somente entre 07/08/2017 e 31/12/2018.
55	Portaria GSF	nº 177/2017, de 04 de agosto de 2017	Concede Regime Especial de Tributação ao estabelecimento da empresa MEGA FIOS LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.455.499-6, para cumprimento de obrigações principal e acessórias.	Arts. 1º ao 6º.	04/08/2017	07/08/2017	Entrou em vigor na data da publicação, dia 04/08/2017, mas para produzir efeitos somente entre 07/08/2017 e 31/12/2018.
56	Portaria GSF	nº 178/2017, de 04 de agosto de 2017	Concede Regime Especial de Tributação ao estabelecimento da empresa ALUX CABOS LTDA., inscrito no CAGEP sob nº 19.465.514-8, para cumprimento de obrigações principal e acessórias.	Arts. 1º ao 6º.	04/08/2017	07/08/2017	Entrou em vigor na data da publicação, dia 04/08/2017, mas para produzir efeitos somente entre 07/08/2017 e 31/12/2018.
57	Decreto	nº 17.300/2017, de 04 de agosto de 2017	Altera o Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, que consolida e regulamenta disposições sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS.	Arts. 1º ao 3º.	04/08/2017	04/08/2017	-